

Índios e Africanos na Jundiá Colonial. MORALES, Walter Fagundes . Jundiá: Prefeitura Municipal, 2002. 82 páginas. *Pedro Paulo A. Funari*

Resenhado por Pedro Paulo A. Funari, departamento de história, instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade estadual de campinas. E-mail: pedrofunari@sti.com.br

O arqueólogo Walter Morales, em publicação patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiá (SP), apresenta um panorama da cultura material de Jundiá, desde o período anterior à colonização. Morales inicia o volume com uma apresentação genérica sobre o que é a Arqueologia e sobre as pesquisas arqueológicas no município. Em seguida, introduz o contexto histórico da colonização para centrar-se no papel dos indígenas, dos africanos e dos europeus, em sua interação e, em especial, para tratar das evidências arqueológicas.

Morales mostra como, até finais do século XVIII, muitos índios viveram em Jundiá na condição de escravos. A cerâmica encontrada e coletada nos sítios arqueológicos tinha características técnicas de confecção parecidas com a chamada 'tradição tupiguarani', mas com elementos de características européias e africanas, como pegadores, alças e gargalos. Essa cerâmica cabocla, mesclada, poderia ser entendida como resultado da transculturação, para usarmos um termo de Fernando Ortiz, em que elementos de diversas origens formam novas unidades, em contextos específicos, como no caso da sociedade de 'boca de sertão' de Jundiá. A entrada crescente de africanos levou a uma intensificação dessas trocas culturais e à multiplicação elementos materiais resultante dessas interações.

O estudo de Morales sobre a cultura material histórica de Jundiá demonstra a importância do estudo das especificidades de nossa colonização e, por isso mesmo, das características únicas e particulares dos artefatos aqui usados. Na Arqueologia Histórica do mundo moderno, predominam os estudos da cultura material de âmbito anglo-saxão, acima de tudo a produção arqueológica dos Estados Unidos. Os norte-americanos, preocupados com a cultura material de uma sociedade que se define como branca, anglo-saxônica e protestante (WASP), buscam identificar o modo de vida capitalista e burguês que seria oriundo dos

puritanos que emigraram para o continente americano. Essa preocupação tradicional, na origem da disciplina nos Estados Unidos, foi complementada, desde a década de 1980, com a atenção prestada aos grupos que não eram definidos como brancos (como os índios, os africanos ou os irlandeses), anglo-saxões (como os judeus ou os italianos), ou protestantes (como os católicos de qualquer origem), mas sempre dentro de um contexto mais amplo capitalista e burguês. A partir daí, geraram-se conceitos como individualização espaço, adoção de costumes de etiqueta burguesa, entre outros.

Essas sociabilidades aqui nunca existiram, nossa sociedade fundada em relações de mando, compadrio e submissão, por um lado, e por interações étnicas e culturais muito mais amplas, por outro. O livro de Morales mostra como o estudo da cultura material que dê a devida ênfase à especificidade permite descobrir nossas particularidades. "As etnias indígenas capturadas nos 'sertões' e aquelas trazidas do continente africano foram sujeitos ativos de sua própria história. Ao longo do tempo, e junto com os europeus, acabaram produzindo uma diversidade cultural e genética que tem o povo brasileiro como testemunho. Os fragmentos cerâmicos analisados, com seus diferentes motivos decorativos, representam para nós, concretamente, o modo como esta identidade foi construída" (p.73). Identidade que não é burguesa ou estadunidense. Ao estudarmos nossa sociedade, nossos vestígios materiais humildes, como nos lembra Morales, recuperamos uma memória ocultada, manipulada ou destruída pelos donos do poder. Para a disciplina arqueológica, ademais, fica um alerta sobre os perigos da importação de modelos interpretativos, talvez adequados para outras sociedades, mas deficientes para dar conta dos contextos locais.

Arqueologia dos buracos de bugre: uma Pré-História do Planalto Meridional. REIS, José Alberione dos. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. 228p. ISBN 85-7061-178-1

Resenhado por Francisco Silva Noelli da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ffnnoelli@wnet.com.br

O ponto de partida de José Alberione dos Reis, uma proposta que ganha força entre os arqueólogos que estão revisando e reorganizando dados acumulados por décadas

em diversas regiões do Brasil, visa realizar “um trabalho de propostas, de sugestões, de sistematização, de apontar problemáticas”. O cumprimento deste objetivo foi possível graças a uma ampla organização e sistematização das informações contidas nos trabalhos sobre os sítios arqueológicos do tipo “buracos de bugre”, incluídos nas tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, presentes na Região Sul. O resultado é uma síntese balizada com rigor pelos parâmetros da Arqueologia Processual, que ordena os dados publicados e que realmente aponta para novos caminhos, a partir de uma minuciosa análise das informações coletadas desde a década de 1960. Ao mesmo tempo, o livro apresenta, de forma didática, os conceitos e a sequência de passos necessários para análise de aspectos ambientais, tecnológicos, econômicos e sociais a partir da abordagem processual. Além disso, também mostra um histórico das pesquisas realizadas, examinando os itinerários intelectuais de onde saíram as idéias e as práticas daqueles que formataram a maior parte do conhecimento arqueológico sobre o sul do Brasil.

O conceito deste tipo de sítio arqueológico, normalmente associado com ambientes de clima mais frio devido à altitude, é posto em questão diante do exame criterioso dos pressupostos que deram substrato à terminologia existente na Arqueologia Brasileira. Assim, o autor analisa criticamente o alcance das idéias enunciadas sob a terminologia “casa subterrânea”, concordando com Maria José Reis, realizadora da primeira pesquisa de abordagem processual sobre este tipo de sítio, em uma conhecida dissertação de mestrado defendida em 1980, que escreveu acertadamente que as “conotações funcionais específicas que o termo casa pode sugerir” ignoravam outras possibilidades funcionais, generalizando de forma inapropriada a idéia exclusiva da função moradia. O termo “estrutura” introduzido por Maria José permitiu uma definição mais ampla, a ser especificada durante as pesquisas, abrindo o leque para várias possibilidades funcionais que podem ser identificadas (por exemplo: locais rituais, depósitos, armadilhas, etc). Por seu turno, José Alberione dos Reis defende que o uso da expressão popular “buraco de bugre” deveria ser mantida até que se “tenha trabalhado e interpretado em termos de contextos que relacionem o espaço vivido e construído... e o homem que lá viveu”.

Outro aspecto importante do livro, que merece ser reproduzido em sínteses

desta natureza, é a necessária recuperação, compilação e a análise dos dados disponíveis sobre cada um dos sítios arqueológicos registrados no sul do Brasil. Este trabalho resultou no reconhecimento objetivo das variáveis para identificar o padrão de assentamento e de inserção na paisagem dos “buracos de bugre”, propiciando uma alternativa para resgatar as relações das sociedades com o ambiente e superando as limitações das meras descrições de cenários ecológicos anistóricos que ilustram a maioria das publicações. Outra lição que se pôde tirar foi o estabelecimento de uma abordagem que ultrapassou as usuais generalizações sobre a relação entre sítio e paisagem, com a percepção muito clara de que o conjunto da bibliografia arqueológica brasileira ainda possui inúmeras informações pouco ou nada aproveitadas e analisadas sistematicamente para aprofundar o conhecimento sobre a adaptação ecológica dos construtores dos “buracos de bugre”. Com estes exemplos, a comunidade de arqueólogos passa a receber um forte incentivo para ultrapassar a tradição classificatória, mais voltada para descrever e comparar certas (poucas...) evidências arqueológicas, e resgatar a vasta quantidade de dados que ainda precisam de análise e interpretações, cujo exemplo pode ser seguido a partir da pesquisa de José Reis.

O livro em questão é um exemplo a ser seguido no processo de renovação metodológica e de atualização teórica da Arqueologia no sul do Brasil, especialmente na revisão e reinterpretação dos dados já disponíveis. Também é a indicação de um novo caminho, que aponta com consistência para o contexto das idéias internacionais da Arqueologia e do panorama etnológico americanista, retomando um caminho que foi abandonado em meados da década de 1960, quando aqueles que construíram o campo científico da arqueologia sul-brasileira achavam necessário *tratar a cultura de uma maneira artificialmente separada dos seres humanos*.